

Uma reformulação radical no sistema de controle de preços

O governo vai promover uma reformulação radical de todo o sistema de controle de preços e do abastecimento, para torná-lo mais ágil e eficiente. O ministro Dílson Funaro já autorizou a finalização dos estudos que a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços vem fazendo sobre o tema, disse ontem o secretário da Seap, José Carlos Braga, depois de despachar com o ministro da Fazenda.

Braga explicou as grandes linhas dos estudos que sua equipe vem fazendo. A idéia, na área industrial, é reduzir a lista de produtos com preços rigidamente controlados — os que constam da Resolução 166 do CIP — aqueles que são insumos para a fabricação de outros bens, como o aço, produtos petroquímicos, plásticos etc.

Todos os demais produtos, segundo Braga, seriam retirados da Resolução 166 e teriam seus preços apenas acompanhados pelo CIP, através de um sistema de repasse automático para os preços dos custos diretos e verificáveis, como os da mão-de-obra e matérias-primas.

Braga acredita que uma concepção "moderna" do controle de preços limitaria o CIP a regular margens de lucros, rentabilidade e previsões de investimentos das empresas, "em estreito contato com as áreas de política industrial do governo".

Tabela da Sunab

A função da tabela da Sunab também seria modificada, juntamente com toda a estrutura de fiscalização de preços do governo. Braga informou que o superintendente da Sunab, Aloísio Teixeira, já está estudando a redução da tabela e uma cesta básica, com flexibilidade suficiente para que alguns produtos sejam acrescentados ou retirados da lista, de acordo com a época do ano.

O secretário da Seap afirmou que não há sentido em manter ta-

belado um produto com preço estável, por causa da entrada da safra no mercado, e citou o exemplo do arroz, liberado na semana passada, mas que pode voltar à tabela se for verificada tendência à alta exagerada dos preços.

Braga disse que vem defendendo a mudança dos conceitos e critérios do controle de preços do governo desde que assumiu a Seap, há quase dois anos. Acrescentou que não é possível estudar e autorizar aumentos para quase oito mil produtos, em 400 linhas diferentes, em um período de inflação alta. Para Braga, a solução não é aumentar o número de técnicos ou de computadores do CIP, mas sim mudar toda a concepção do sistema.

O secretário não quis adiantar quais seriam os órgãos que desapareceriam, ou teriam suas funções modificadas no novo sistema. Mas admitiu que será preciso extinguir órgãos e modificar radicalmente o panorama do setor. "Há mais de 50 órgãos em todo o governo tratando de controle e fiscalização de preços", disse Braga.

O secretário disse não saber também quando estarão prontos os estudos, para serem levados a Funaro, garantiu apenas que o ministro já deu o sinal verde para a deflagração do processo, e terminou prevendo que sua própria atuação no setor de controle de preços está ligada à finalização desses estudos. "Depois que terminarmos a reformulação do sistema, poderei dar por terminado meu trabalho na área", concluiu Braga.